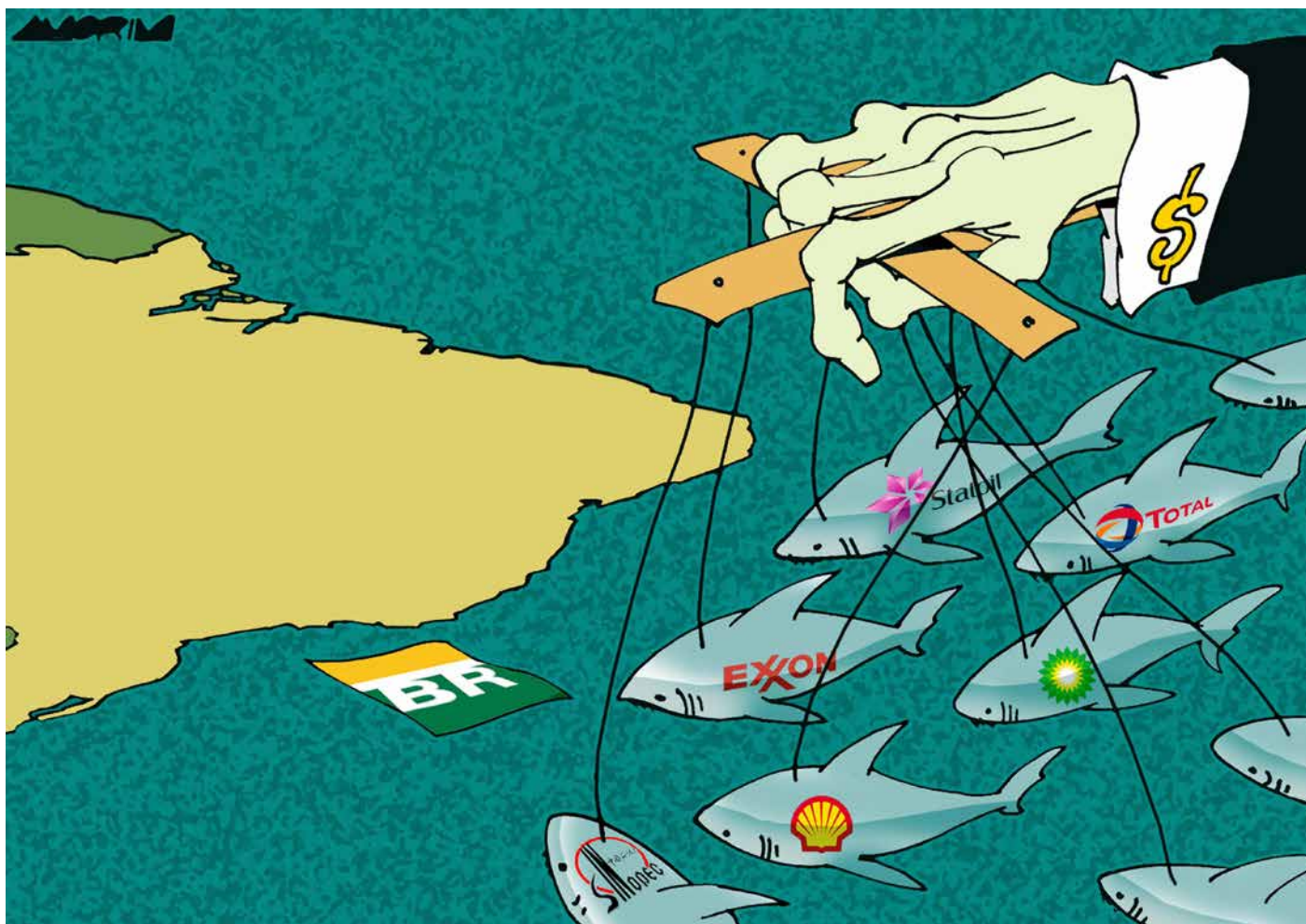


2019 PERSPECTIVAS



Nesta edição de fim de ano do AEPET Notícias, convidamos os articulistas que mais contribuíram com a divulgação das posições da Associação para que façam um balanço de 2018 e tracem as estratégias e expectativas da Petrobrás, da Petros e da política nacional.

A AEPET reafirma seu compromisso de defender a Petrobrás e seu Corpo Técnico e, agora mais do que nunca, a defesa da integridade dos recursos do pré-sal, refino, logística e transporte, sob a gerência da Petrobrás, permitindo que a renda petroleira seja investida no bem estar da sociedade brasileira.

2 Editorial

3 O novo Congresso Nacional e as privatizações na Petrobrás

Paulo César Ribeiro Lima

4 O papel das oposições em 2019

Paulo Ramos

Ainda Temos Esperança

Cláudio da Costa Oliveira

5 Pré-sal: novo ciclo de tipo colonial?

Felipe Coutinho

6 A luta pela dignidade na aposentadoria

Paulo Brandão e Ronaldo Tedesco

8 BRASIL: Futuro no Passado?

Pedro Augusto Pinho



EDITORIAL

Os compromissos da AEPET

O fim do ano 2018 é o fim do governo Temer e da dupla Parente-Monteiro que sacrificaram agudamente a Petrobrás. Os escândalos da Lava Jato, iniciado em 2014, revelaram que a Petrobrás foi a maior vítima de funcionários cooptados, políticos e empresários inescrupulosos. Uma análise profunda mostra que a Petrobrás é a maior vítima de fake news da História do Brasil, promovidas pelos empresários da comunicação, políticos e executivos à serviço das multinacionais do petróleo e dos bancos, verdadeiros beneficiários da dilapidação do maior patrimônio público do Brasil.

Os meios de comunicação propagaram as mentiras de que a Petrobrás está quebrada, a produção do pré-sal é lenta, o pré-sal é um mico e não tem valor, ou que a exportação de petróleo por multinacionais pode desenvolver o Brasil.

A gestão Parente-Monteiro apenhou-se e entregou-se ao “mercado”, seguiu a risca a receita das multinacionais do petróleo e dos bancos, vendeu ativos importantes, e permitiu que concorrentes lucrassem com uma política de preços de combustíveis desneces-

sária, que impactou diretamente a vida de todos os brasileiros.

A AEPET denunciou todos estes atos equivocados da direção da empresa. Manteve firme sua posição de que a venda de ativos é um erro gerencial, com graves consequências futuras para a geração de caixa e para o futuro da Petrobrás como uma empresa integrada em toda cadeia de óleo e gás. Provou o erro da política de preços adotada por Parente. No artigo mais lido do ano, em plena greve dos caminhoneiros, a AEPET mostrou com contundência os prejuízos à Petrobrás e à população brasileira.

Mas a AEPET não usou apenas seus canais de comunicação para revelar as falsas notícias (fake news) que criaram o “o mito da Petrobrás quebrada”. Juntamente com outras associações e sindicatos apelou à Justiça contra os crimes de lesa Pátria que estavam ocorrendo. Conseguiu vitórias importantes, impedindo, mesmo que liminarmente, a consecução das vendas de alguns ativos.

Ainda na esfera jurídica, a AEPET obteve liminar suspendendo o absurdo equacionamento do déficit do plano PPSA, da Petros, imposto sem nenhuma consulta ou tentativa de negociação.



Mesmo sendo conquista transitória, levou a Justiça a considerar os termos totalmente prejudiciais aos assistidos e pensionistas. A AEPET está empenhada em estender, juridicamente, os termos das decisões já proferidas à totalidade de seus associados.

Nesta edição de fim de ano do AEPET Notícias, convidamos os articulistas que mais contribuíram com a divulgação das posições da Associação para que façam um balanço de 2018 e tracem as estratégias e expectativas da Petrobrás, da Petros e da política nacional.

A AEPET reafirma seu compromisso de defender a Petrobrás e seu Corpo Técnico e, agora mais do que nunca, a defesa da integridade dos recursos do pré-sal, refino, logística e transporte, sob a gerência da Petrobrás, permitindo que a renda petroleira seja investida no bem estar da sociedade brasileira.





Paulo César Ribeiro Lima

O novo Congresso Nacional e as privatizações na Petrobrás

Nesse novo cenário, destaca-se uma visão conservadora, principalmente nos costumes, que pode ser favorável às empresas estatais que desempenham atividades estratégicas para o Brasil. O Partido Social Liberal – PSL, que tem nos seus quadros o novo Presidente da República, foi a principal surpresa nas eleições, saindo de uma bancada de 3 para 52 Deputados Federais eleitos. Esse Partido, de certa forma, representa uma frente, que conta com muitos policiais e militares.

No geral, estima-se que o número de policiais e militares eleitos para o Congresso Nacional aumentou de 18 para 73. A grande maioria é filiada ao PSL:

43 parlamentares; o Partido Progressista – PP conta com 6; a Rede Sustentabilidade – Rede conta com 3; e o Partido da República – PR também conta com 3. Esses parlamentares poderão representar uma importante força na defesa política da Petrobrás e de outras empresas estatais.

No Congresso Nacional, essa defesa é tradicionalmente feita pelos chamados partidos de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores – PT, o Partido Democrático Trabalhista – PDT, o Partido Comunista do Brasil – Pcdob, a Rede, o Partido Socialista Brasileiro – PSB e o Partido Socialismo e Liberdade – PSOL.

Pode-se considerar, contudo, que o resultado das eleições de 2018 não foi bom para esses partidos, especialmente para o PT, que teve sua bancada reduzida tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal. Apesar disso, vale ressaltar que o PT foi o partido que elegeu o maior número de Deputados Federais: 56. No Senado Federal, no entanto, a bancada do PT reduziu-se de 13 para apenas 6 Senadores.

Importa ressaltar que a composição do Senado Federal aumentou de 15 para 21 partidos. Merece destaque a

Rede, atualmente com um Senador, que passa a ter uma bancada de 5 Senadores. Essa “pulverização” no Senado pode abrir espaço para a atuação de frentes parlamentares.

Na Câmara dos Deputados, já é muito forte a atuação das frentes parlamentares, como as ligadas ao agronegócio, às religiões evangélicas e à segurança pública. Tem-se, pela “frente”, o grande desafio de se constituir uma atuante Frente Nacionalista. Podem ter papel de destaque nessa Frente o Movimento Democrático Brasileiro – MDB, e muitos outros partidos, alguns deles associados ao chamado “Centrão”, como o PP, PR, PRB, PSD, PROS, Avante e Solidariedade, além do PSDB, PT, Podemos, PDT, PSB, Rede, PCdoB e PSOL, por exemplo.

A união entre parlamentares policiais, militares, nacionalistas e filiados a partidos das mais diferentes correntes ideológicas é possível e pode se materializar a partir da construção de uma Frente Nacionalista no Congresso Nacional. Essa Frente poderá, por exemplo, manter o regime de partilha de produção no Pré-Sal, onde o Estado deve ter papel relevante, e as importantes missões da Petrobrás, com destaque para as áreas de refino, terminais e dutos.

Em suma, a defesa no Congresso Nacional dos mais legítimos interesses das empresas estatais, como a Petrobrás, pode ocorrer; para isso, é fundamental a união de Parlamentares que tenham uma visão estratégica que leve ao desenvolvimento soberano do Brasil.

O Pré-Sal e as refinarias, dutos e terminais da Petrobrás são fundamentais para esse desenvolvimento e para a própria defesa nacional. A nova composição do Congresso Nacional poder representar uma “grande virada” na visão sobre as empresas estatais que são essenciais para o País.

* Paulo César Ribeiro é Engenheiro Consultor

A partir da descoberta da província petrolífera do Pré-Sal, em 2007, o Congresso Nacional empreendeu significativas mudanças no marco legal do País. A introdução do regime de partilha e produção e a criação do Fundo Social foram importantes avanços institucionais. Nenhum país que tem no petróleo uma importante fonte de renda governamental para seus cidadãos adota o regime de concessão.

A partir do novo marco legal, foram licitados grandes e estratégicos blocos do Pré-Sal, tendo a Petrobrás ainda como importante operadora. Na área de refino, foi mantida a legislação que estabelece essa atividade como de utilidade pública, nos termos da Lei nº 9.847/1999, e nenhuma refinaria da Petrobrás foi privatizada, apesar das tentativas.

A nova composição do Congresso Nacional, a partir de 2019, pode alterar a visão tecnicamente equivocada da necessidade de se promover privatizações no Sistema Petrobrás, mas ainda de muitos atuais parlamentares, principalmente a partir de 2016.

O resultado das eleições mostrou uma certa rejeição aos partidos tradicionais e a certos políticos, o que determinará a construção de diferentes forças no Congresso Nacional, nas quais novas frentes parlamentares poderão ser importantes instrumentos de políticas públicas. Na Câmara dos Deputados, a renovação foi de 52,54%; no Senado Federal, a renovação, referente a dois terços de seus Membros, foi de 85,19%.

O resultado das eleições mostrou uma certa rejeição aos partidos tradicionais e a certos políticos, o que determinará a construção de diferentes forças no Congresso Nacional





Paulo Ramos

Precisamos defender e salvaguardar o monopólio estatal do petróleo e a nacionalização do subsolo, além de combater as privatizações

O papel das oposições em 2019

Um dos pilares do regime democrático de direito é a construção de uma oposição com bases sólidas, concretas e verdadeiras. A oposição é o contraponto do poder.

A oposição existe, ou deveria, para colaborar por uma melhor administração pública, apontando equívocos e as consequências dos desacertos do governo. Uma oposição eficiente indica caminhos diferentes que garantam o crescimento do país, constrói uma linha coerente, firme e benéfica para a população. Oposição sem critérios e linha política definida age contra o país.

Nosso papel no parlamento é o de fiscalizar a administração, atos e omissões do governo, aperfeiçoar e aprovar propostas do governo, atendendo as demandas e os anseios da sociedade. Sem oposição não há pressão social por novas demandas. O papel da oposição é fundamental para fortalecer a democracia.

Agora volto a Brasília e continuarei meu trabalho em defesa do Brasil e dos direitos e garantias dos trabalhadores, duramente conquistados no período de formulação da Constituição de 1988 e da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Participei ativamente do processo de construção da Constituição que tornou-se o principal símbolo de redemocratização nacional. Na ocasião, recebi do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar o Título de Constituinte Nota 10.

A Constituição vem sendo desrespeitada em vários pontos, em especial no que se refere a igualdade direitos, a inclusão social, a independência dos poderes e a soberania nacional. Temos que preservar as liberdades públicas e individuais e o caminho é respeitar a Constituição.

É o Legislativo que representa o povo e o Estado democrático de direito. A soberania nacional e a defesa do território brasileiro estão entre as pautas principais

dos debates e batalhas que travarei no Congresso Nacional. Precisamos defender e salvaguardar o monopólio estatal do petróleo e a nacionalização do subsolo, além de combater as privatizações que somente provocam o desemprego e atrasam o crescimento econômico, financeiro e social do país. A soberania nacional passa, necessariamente, pelo controle de suas riquezas.

O estado democrático de direito requer condições básicas para funcionar, como a liberdade de imprensa, o respeito aos princípios constitucionais, a independência dos poderes e uma oposição sólida. A oposição deve cumprir com responsabilidade essa função delegada por tantos brasileiros e terá uma excelente oportunidade para mostrar sua força.

Paulo Ramos
Deputado Estadual (PDT)
Eleito Deputado Federal

Ainda Temos Esperança



economista Roberto Castello Branco, ligado a Paulo Guedes e defensor da privatização da estatal e da atual política de preços adotada pela companhia.

Por outro lado, para o Ministério das Minas e Energia, órgão ao qual, teoricamente, a Petrobrás está subordinada, foi indicado o Almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior, conhecido como defensor da Petrobrás e do pre-sal.

Tudo indica que eles, propositalmente ou não, foram colocados em rota de colisão.

Winston Churchill costumava dizer que “O pessimista vê dificuldade em cada oportunidade; o otimista vê oportunidade em cada dificuldade”.

Não sou pessimista nem otimista, mas talvez possa ser considerado como um esperançoso.

O economista Sylvio Massa de Campos, ex-diretor da BR Distribuidora, em recente (22/11) artigo publicado pela

AEPET sob o título “Os Gerais e os Generais” lembrou que este braço comercial da Petrobrás foi criado “pela ação patriótica de três Generais: General Ernesto Geisel, General Ivan de Souza Mendes e General Pio dos Santos.”

Mas Sylvio Massa tem dúvidas “Talvez hoje não se faça mais Generais como antigamente.”

No entanto, é bom lembrar que este “antigamente” não é tão longínquo assim, e uma instituição como as Forças Armadas não muda seus conceitos com facilidade.

O mais provável é que os militares hoje estejam envolvidos por falsas informações produzidas pela mídia, claramente defensora do capital estrangeiro, e pela administração da companhia comprometida em dilapidá-la.

Pedro Parente e seu sucessor Ivan Monteiro jamais se dispuseram a discutir abertamente a situação da empresa. Suas apresentações são sempre feitas

em ambientes fechados para plateias selecionadas.

Convocado pela CPI da Petrobrás da Alerj, para discutir o processo de desmonte da companhia, Parente se abrigou em uma liminar para não comparecer. Ele sabia que seus argumentos eram falhos.

Convidados para uma recente (04/12) audiência pública na Câmara dos Deputados, para discutir a privatização das refinarias, os dirigentes da Petrobrás não compareceram. Eles sabem que os números da companhia falam contra eles mesmos.

É de se esperar que logo os militares tomarão conhecimento sobre a verdade dos fatos.

Sem futurologia tenho esperança de que a Petrobrás volte a assumir seu protagonismo na história do país.

Cláudio da Costa Oliveira
Economista aposentado da Petrobrás

Não tenho hábito e muito menos preparo para futurologias. No caso da Petrobrás o tema é especialmente complexo considerando a ascensão de um novo governo que até o momento não mostrou com clareza suas intenções.

O presidente eleito Jair Bolsonaro, indicou para comandar a Petrobrás o



Felipe Coutinho

Pré-sal: novo ciclo de tipo colonial?

Não devemos embarcar em novo ciclo do tipo colonial e permitir a exportação do petróleo cru, muito menos por multinacionais que esgotaram suas reservas e cobiçam nossos recursos para resultados privados de curto prazo, e possivelmente predatórios.

O petróleo do pré-sal foi descoberto há doze anos e já produz mais de 1,5 milhões de barris equivalente por dia.

No Mar do Norte foram necessários 50 anos para alcançar o mesmo patamar de produção. Um sucesso, diante das declarações de que o pré-sal só existia na cabeça dos políticos, de que era inviável de ser produzido com as tecnologias da Petrobrás, de que era necessário capital e tecnologia estrangeiros ou de que os custos seriam inviáveis.

Os entreguistas perderam todos os argumentos, hoje apelam e dizem que o petróleo é um mico, recurso sem valor que precisa ser entregue às multinacionais estrangeiras e produzido a toque de caixa enquanto tem algum valor.

Ou então “apontam os carrapatos para justificar a entrega da vaca”. Dizem que a solução para a corrupção que vitimou a Petrobrás só pode ser enfrentada com sua privatização. Entregam a galinha dos ovos de ouro ao invés de guardar o valor gerado pela estatal dos corruptos e corruptores. Querem entregar o meio de produção de toda a riqueza para evitar que uma fração possa ser roubada por empresários cartelizados corruptores, políticos traficantes de interesses e executivos de aluguel. Com tudo entregue não há o que guardar.

Nenhum país se desenvolveu exportando petróleo por multinacionais estrangeiras. Nenhum país, populoso e continental como o Brasil se desenvolveu exportando matérias-primas.

O petróleo é uma mercadoria especial, na medida em que não tem substitutos em equivalente qualidade e quantidade. Sua elevada densidade energética e a riqueza de sua composição, em orgânicos dificilmente encontrados na natureza, conferem vantagem econômica e militar àqueles que o possuem.

A sociedade que conhecemos, sua complexidade, sua organização es-

pacial concentrada, sua produtividade industrial e agrícola, o tamanho da superestrutura financeira em relação as esferas industrial e comercial, foi erguida e depende do petróleo. O carvão e o petróleo, ao contrário das energias potencial e cinética dos cursos naturais de água, são fontes geograficamente móveis de energia. Essa característica permite a concentração geográfica da força produtiva da sociedade em espaços centrais, urbanos de produção.

O petróleo e seus derivados são extremamente concentrados em termos de energia, além de flexíveis para uso. A energia solar é abundante mas tem densidade energética mínima, o que resulta em menor capacidade relativa de realização de trabalho. O petróleo tem muito maior potencial para aumentar a produtividade e a eficiência do trabalho humano.

Transporte, eletricidade, comunicações (internet, celulares), aquecimento, indústria, extração mineral, agricultura, processamento e distribuição de alimentos, pesticidas, fertilizantes, plásticos, infraestrutura e força militar dependem do petróleo. São fatores estratégicos ao desenvolvimento, à segurança energética e alimentar. São elementos essenciais da soberania nacional.

Existe forte correlação entre o crescimento econômico e o consumo de energia. Também existe correlação entre

o desenvolvimento humano (IDH) e o consumo de energia primária *per capita*.

Para alcançar alto desenvolvimento humano, o Brasil precisa aumentar muito o consumo de energia. Estimo necessário o aumento de cinco vezes no consumo de energia primária nacional para que nossa população atinja padrões de vida de primeiro mundo.

Para que o Brasil se desenvolva é necessário produzir o petróleo do pré-sal na medida da nossa necessidade. Deve-se agregar valor ao petróleo cru com sua transformação em mercadorias úteis, por meio do refino, da petroquímica, da química fina, da indústria de fármacos e de fertilizantes. Não devemos embarcar em novo ciclo do tipo colonial e permitir a exportação do petróleo cru, muito menos por multinacionais que esgotaram suas reservas e cobiçam nossos recursos para resultados privados de curto prazo, e possivelmente predatórios.

Ainda sofremos as consequências de nossa herança colonial e escravocrata. A classe dominante no Brasil é acostumada a viver em subserviência aos interesses estrangeiros. A cultura desta fração da sociedade é mimética, se copiam valores e visões de mundo que vêm de fora. Na indústria do petróleo, na qual o consenso é lugar comum, as consequências podem ser ainda mais deletérias.

No entanto, somos herdeiros da maior mobilização popular contemporânea, a campanha “O Petróleo é Nosso”. Está no DNA da Petrobrás, a maioria da população garantiu a criação da estatal, as descobertas de petróleo no Brasil e nosso amadurecimento industrial. Ainda hoje, se temos a Petrobrás e o pré-sal é porque a maioria da população defende e reconhece valor na companhia.

Precisamos interromper este novo ciclo do tipo colonial de exportação de matérias primas por corporações estrangeiras. É necessário revogar a privatização do petróleo brasileiro e dos ativos da Petrobrás às multinacionais estrangeiras.

* Felipe Coutinho é engenheiro químico e presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (AEPET)



A luta pela dignidade na aposentadoria



Paulo Brandão e Ronaldo Tedesco

Em dezembro de 2015, a Petros fechou um déficit técnico nesse plano da ordem de R\$ 22 bilhões. Pouco dias antes do fim do exercício de 2015, o Conselho Deliberativo da Petros em duas votações (Família Real e Fim do limite de pagamento de 90%) havia majorado o déficit do ano anterior, da ordem de R\$ 6 bilhões, em mais R\$ 9 bilhões.

Há que se ressaltar que ambas as questões (Família Real e Fim do limite de pagamento de 90%) tinham sido pautadas pelo Conselho Fiscal da Fundação mais de uma década antes e nenhuma providência havia sido tomada pelas seguidas diretorias executivas da Petros. Nenhuma providência até então. Mas as decisões de dezembro de 2015 que provocaram o aumento do déficit técnico não responsabilizaram qualquer dos gestores anteriores por sua omissão de uma década sem resolver esses graves problemas.

Da mesma forma, dezenas de denúncias que foram realizadas tanto em relação ao Passivo Atuarial como em relação a uma série de irregularidades dos ativos da Petros também foram ignoradas.

São 15 anos de demonstrações contábeis que tiveram recomendação de rejeição pelo Conselho Fiscal da Petros – sendo que entre 2013 a 2017 por unanimidade – e que foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Fundação. Todos esses pareceres foram encaminhados ao Ministério Público Federal e também à Previc, órgãos de fiscalização. Durante a CPI dos Fundos de Pensões, também foram feitas essas denúncias.

Além da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) e da Federação Nacional das Associações de Anistiados, Aposentados e Pensionistas do Sistema Petros e Petrobrás (FENASPE), dos conselheiros eleitos que mantêm a independência de governos, partidos políticos e das direções da Petros e da Petrobrás, outras pessoas e instituições

*Estamos em meio
a uma batalha
para salvar o
Plano Petros do
Sistema Petrobrás
(PPSP)*

também fizeram denúncias diversas com absolutamente o mesmo resultado: inércia dos órgãos de fiscalização e omissão de agentes públicos.

O fato de que estejam acontecendo agora iniciativas de fiscalização e providências do ministério público federal deve ser acompanhado por todos nós e visto com cautela máxima.

Em seu recente artigo publicado em diversos sites e blogs das entidades representativas dos petroleiros, o conselheiro fiscal da Petros, Paulo Teixeira Brandão, nos explicou com muita propriedade os limites da fiscalização dos fundos de pensão.

Essa discussão foi reaberta com a 56ª fase da Operação Lava Jato em 23/11/2018. Brandão explicou como a denúncia anônima em relação ao Prédio da Pituba foi recebida pelo Conselho Fiscal; como o Conselho Fiscal atuou e obteve sucesso em tornar o contrato deficitário de Pituba, num contrato que hoje garante a meta atuarial; e como, apesar das diversas denúncias, demorou até agora a ação de fiscalização pública. Ocorre que alguns companheiros não participam dos fóruns de organização de nossa luta.

Não gostam de sindicalistas, dos sindicatos e das associações de petroleiros.

Assim, recebem notícias apenas pela televisão e pela internet. E consideram que estão sendo informados, quando na verdade não veem a quantidade de opiniões que são levados a ter sem refletir. Acabam considerando que a vida se resume a suas próprias iniciativas. Por isso, acusam as organizações de estarem silenciosas.

Não percebem, na sua ânsia de fazer uma política para macular as entidades sindicais e associativas, que o silêncio até agora veio dos órgãos de fiscalização. Silêncio esse que se mantém sobre as denúncias que nós temos feito, mas também em relação às denúncias que esses mesmos companheiros fizeram nos últimos anos, com os mesmos resultados até agora, repetimos.

Não por acaso, mais uma vez, como organizações responsáveis e de luta, a FNP e a FENASPE estão buscando construir uma forte unidade para combater o nefasto, absurdo e inviável PED do PPSP. Esse PED claramente inviabiliza o PPSP que deveria ajudar.

Como sabemos da extrema necessidade de união para podermos vencer essa luta, FNP e FENASPE optaram por convidar a todos, sem exceção, para construir uma alternativa ao PED do PPSP e ao plano PP-3 que a Petrobrás está preparando para se livrar dos riscos previdenciários que nós, participantes e assistidos da Petros representamos. Por isso, convidamos e tivemos êxito em que todos aceitassem participar do Fórum em Defesa da Petros.

Além da FNP e seus sindicatos, da FENASPE e suas associações, como AEPET e APAPE, o GDPAPE (Grupo em Defesa dos Participantes da Petros) aceitou de imediato nosso convite. E, a partir da consolidação desse Fórum, também a AMBEP, a FUP e grupos de opinião como os Cabeças Brancas do Rio de Janeiro vieram participar. Todos, absolutamente todos estão participando desse processo. Sem exceção.

Todas as propostas da FNP, da FENASPE, da FUP e de outras entidades



Hoje cerca de 30 liminares das entidades participantes do Fórum em Defesa da Petros garantem a não cobrança a mais de 30 mil participantes e assistidos, provocando a redução de 50% da arrecadação prevista.

que o façam têm sido colocadas em debate e avaliadas por todos. O consenso tem sido construído com responsabilidade e firmeza sob a liderança dessas entidades. Esses mesmos críticos que nos acusam de omissão, ao participar desses debates (quase nunca o fazem), não tem colocado propostas para a solução dos graves problemas que enfrentamos.

Palavrosos e acusadores pela internet, quando se sentam lado a lado com quem está de fato tentando resolver os problemas, não têm propostas. Ficam calados ou por que não conseguem debater com profundidade os problemas existentes de forma sistemática e olho no olho ou por que não consideram esses problemas como importantes e não concordam com nossa luta. Esse silêncio se explica. É mais fácil ser engenheiros de obras prontas.

Agir para resolver os problemas pode significar perseguição e críticas a quem trabalha de fato. E críticas, construtivas ou não, como as que nos fazem agora.

De nossa parte, não estamos tergiversando nem silenciando sobre nada. Fizemos as denúncias e cobramos a apuração e a responsabilização dos culpados.

Atuamos para reduzir prejuízos como o episódio do prédio Pituba, em que nossos conselheiros eleitos, e também os indicados, como nos explicou Paulo Brandão no seu recente artigo, tiveram atuação responsável e fundamental para transformar um investimento que dava prejuízo em um investimento que atinge a meta atuarial do PPSP. Não estamos tergiversando nem silenciando também ante a ameaça do PP-3 que nada mais é do que uma saída para a Petrobrás se safar de seus compromissos para com o PPSP. Nossa luta é para enterrar o PP-3 como fizemos com o Plano Petros Vida anteriormente.

O PP-3 é uma ameaça ao PPSP e também ao PP-2. Se for aprovado poderá ser o fim da previdência complementar dos petroleiros. Da mesma maneira que estamos lutando com dezenas de liminares em todo o país que evitam a cobrança do atual, absurdo e inviável PED do PPSP. Hoje cerca de 30 liminares das entidades participantes do Fórum em Defesa da Petros garantem a não cobrança a mais de 30 mil participantes e assistidos, provocando a redução de 50% da arrecadação prevista.

Sabemos que não resolve e que até agrava a situação de nossa luta, mas são necessárias essas iniciativas para que as entidades possam ser ouvidas pela Petros e a Petrobrás. E nos orgulhamos que outras entidades como a AMBEP tenham solicitado participar das ações que a FNP e FENASPE têm incentivado. Tampouco estamos aguardando cair do céu uma solução e construímos o FÓRUM EM DEFESA DA PETROS para elaborar uma PROPOSTA DE UNIDADE ALTERNATIVA AO ATUAL PED DO PPSP.

Proposta essa que está sendo construída a muitas mãos e de forma absolutamente transparente e aberta a todos os participantes e assistidos do PPSP, preservando todas as ações de cobrança de dívidas e preservando todos nossos direitos fundamentais e estratégicos. Em especial o artigo 48, inciso IX do Regulamento do PPSP.

Se é verdade que a cada nova denúncia fica evidenciado que a Petrobrás, principal Patrocinadora do PPSP, tem total responsabilidade por todos os atos

de administração temerosa e fraudulenta ocorridos na Petros, sabemos também que não é possível para quem está sendo cobrado três vezes mais do que sua contribuição normal esperar o resultado dessa luta, que pode durar anos.

Ao longo de todo esse processo de investigação, temos mantido silêncio somente por aquilo que a legislação nos obriga manter para não atrapalhar as investigações que estão sendo realizadas. Temos mantido outro silêncio importante sobre as críticas severas que sempre tivemos e mantivemos em relação às gestões da Petros, em especial de 2003 até agora. Esse silêncio se explica por que não podemos querer uma unidade baseada somente na crítica aos erros que foram cometidos no passado.

Essa linha de atuação não significa que concordamos com o que foi feito. Ao contrário, mantemos hoje tudo que temos dito. Mas preferimos que esse balanço não seja feito agora por que precisamos da unidade para enfrentar o PP-3 e o PED absurdo e inviável. Por último, a expectativa de que o governo eleito ou o atual governo ou o possível governo que não foi eleito possa resolver nossos problemas – tão graves e imediatos – não é compartilhada por nós.

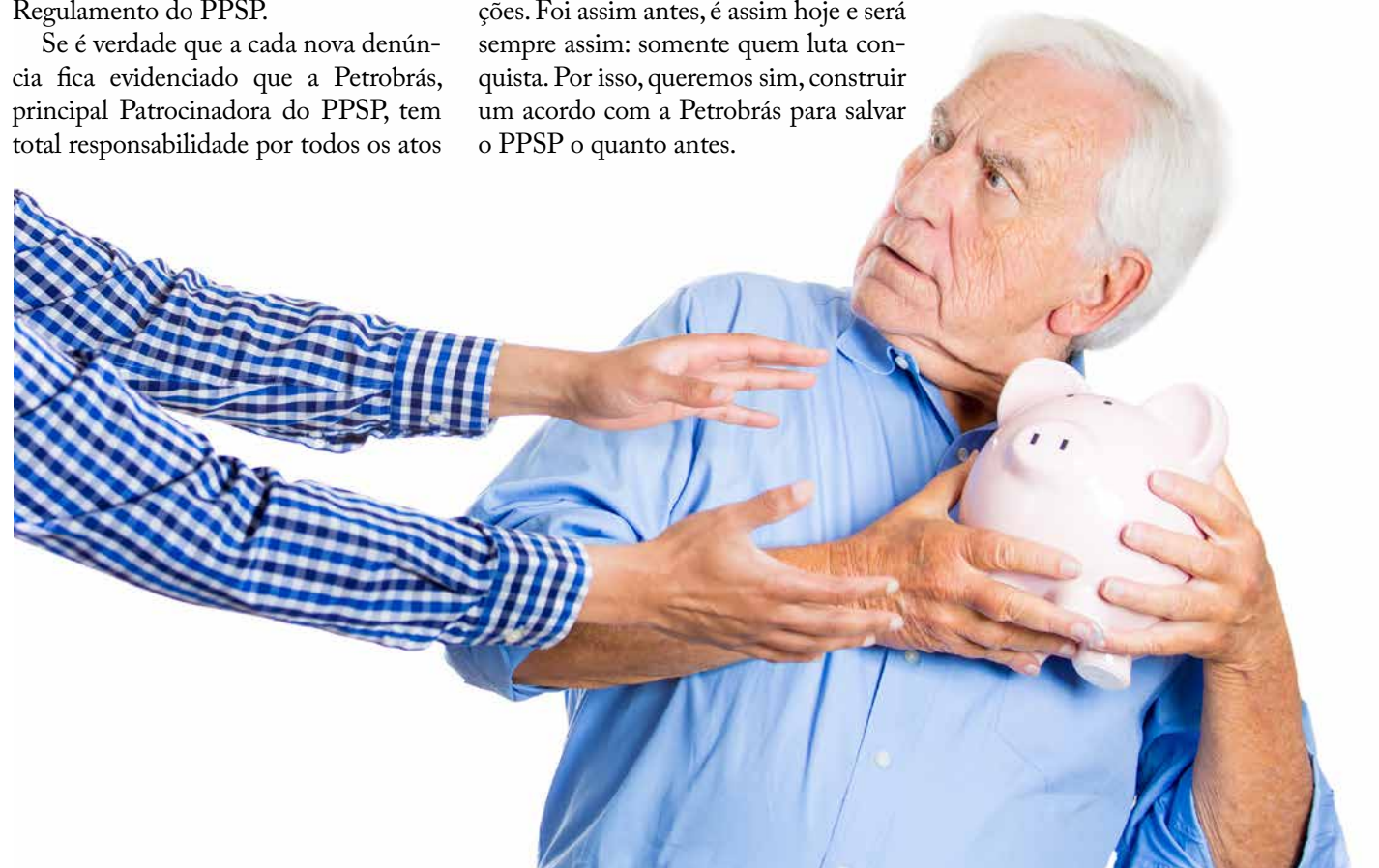
Acreditamos que a única possibilidade é que nossa união se consolide e obrigue aos governos de plantão a atender nossos direitos e nossas reivindicações. Foi assim antes, é assim hoje e será sempre assim: somente quem luta conquista. Por isso, queremos sim, construir um acordo com a Petrobrás para salvar o PPSP o quanto antes.

Nesse momento, nossa união está possibilitando termos uma PROPOSTA DE UNIDADE que a Petrobrás está para avaliar. Sabemos que há dívidas da patrocinadora que esta mesma não reconhece e as entidades no seu coletivos faz as cobranças via judicial, o que é obrigação da diretoria da Petros fazer as entidades estão assumindo, pois entendem que não há outra forma de garantir a continuidade do PPS1.

O momento é de unificação das forças e de todas as forças que verdadeiramente defendem os interesses dos participantes, pois o poder econômico e político esta de lado opostos aos interesses dos participantes, vamos lutar, criar alternativas e nos mobilizar para defender nossos interesses. Esperamos que as críticas destrutivas não levem a Petrobrás considerar que não vai enfrentar a maior unidade que os petroleiros já construíram para a defesa de seus direitos previdenciários.

Essa unidade está consolidada hoje com muita responsabilidade das lideranças envolvidas nesse processo. Vamos defender nossos direitos como sempre o fizemos.

** Por Ronaldo Tedesco, conselheiro fiscal da Petros; Paulo Brandao, conselheiro fiscal da Petros; Adaedson, secretário geral da FNP; e Fenaspe.*





Pedro Augusto Pinho

BRASIL: Futuro no Passado?

Há quase um século o Brasil foi sacudido por duas forças: dos tenentes e da elite intelectual, reunida em São Paulo. Da última tivemos a Semana de Arte Moderna que nos trouxe as mais novas manifestações estrangeiras, mas incentivou o nacionalismo artístico, inclusive sob a forma do antropofagismo de Oswald de Andrade, ressuscitado no Tropicalismo dos anos 1960.

Mas ambos movimentos foram se perdendo no tempo. Nem nos revelamos, salvo em sempre honrosas exceções, fundadores de movimentos artísticos genuinamente brasileiros, nem conseguimos construir uma estrutura nacional de poder. Permanecemos eterna colônia.

Mas com nova situação que considero mais grave. Se fomos colônia de outros Estados Nacionais, agora somos colônia de um sibilino sistema: a banca

ou o sistema financeiro internacional ou, ainda, da nova ordem mundial (sic).

Mais perigosa do que uma ideologia, que tanto assustou, em passado recente, a sociedade brasileira. Pois a ideologia procurava o convencimento ou impor-se pela força. A banca tomamos pela fraude, pela astúcia e pela mais desregrada corrupção.

Quando Tomé de Souza desembarcou na Bahia (1549), 1º Governador-Geral do Brasil, trouxe na bagagem as instituições com que fundaria esta colônia: defesa, justiça e fazenda. Nem uma única abertura para a assimilação dos nacionais, ou para a produção com recursos aqui existentes, ou para qualquer tipo de progresso. A fazenda cuidaria das rendas mercantis e da apropriação de ganhos porventura produzidos.

A banca administra o Brasil, ininterruptamente, desde 1990, e já aparelhou boa parte das instituições: as mesmas justiça e fazenda que nos trouxe Tomé de Souza. E a consequência visível está no desmantelamento do sistema produtivo, no desemprego, na corrupção por toda parte, e na consequente insegurança.

O QUE ESPERAR PARA 2019?

Um governo que poderá concluir seu período festejando o novo e soberano Brasil, exatos 100 anos da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana e da Semana de Arte Moderna? Ou um triste Brasil, colonizado, recuando ao modelo agrarioexportador dependente, vivendo das sobras das especulações estrangeiras com o câmbio e com o preço das commodities: agrícolas, de energias e minerais?

AS POSSIBILIDADES SE ABREM.

Manter a estrutura atual, afastando algumas moscas para que outras pousem; prosseguindo o desmonte do Estado com a alienação dos bancos de fomento e comerciais, das empresas de energia e do sistema integrado de petróleo, e com o que restou da produção nacional. Ou, como na proposta dos tenentes de 1922, 1924, 1925 a 1927: refundando o Estado Nacional Brasileiro. Assumindo sem medo e sem mácula as funções que cabem ao Estado e

foram sempre usadas para a construção das grandes potências: Estados Unidos da América, Rússia, e hoje a China. Pois foi e é com o Estado, seus investimentos, sua estrutura adequada às nações, desenvolvendo tecnologias, que foram e ainda são construídos estes países. Nenhum “mercado” construiu qualquer nação, mesmo as de menor territórios e populações. Imaginem este imenso Brasil!

